

Maria 1.0 apela aos candidatos a chanceler para que rejeitem o Relatório Matic

A iniciativa da mulher católica "Maria 1.0" critica a decisão do Parlamento Europeu de que os Estados da União Europeia devem seguir o Relatório Matic e assegurar o assassinato de crianças por nascer. "O Parlamento Europeu exigiu o acesso a abortos seguros e legais na União Europeia. Para nós, isto faz fronteira com a mais cruel barbárie", disse Clara Steinbrecher, porta-voz da iniciativa. "A insensibilidade com que os tecnocratas de Bruxelas falam da legalização do infanticídio é assustadora", continuou Steinbrecher. "Maria 1.0" esperava que Úrsula von der Leyen, ela própria cristã e mãe, se comprometesse com o direito à vida das crianças por nascer. "Apelamos a todos os candidatos atuais à chancelaria que declarem claramente o seu apoio ao direito à vida e rejeitem o relatório Matic", sublinha Maria 1.0.

"O relatório interfere, com a competência exclusiva dos Estados membros, para definir e gerir os seus sistemas nacionais de saúde ou as suas decisões nacionais em matéria de política de saúde, tal como estabelecido no artigo 168, parágrafo 7 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)", explica Clara Steinbrecher, razão pela qual nem o Sr. Laschet nem a Sra. Baerbock nem o Sr. Scholz devem "fugir".

O relatório Matic ignora o direito à objecção de consciência, o que é, entre outras coisas, contrário à Resolução 1763 (2010) - O Direito à Objecção de Consciência nos Cuidados de Saúde Estatutários - adotada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Os Estados Membros devem assegurar que os abortos no início da gravidez sejam lícitos, disse o relatório adotado em Bruxelas na quinta-feira. O Relatório Matic apela assim à abolição do direito à liberdade de consciência pessoal médico. O objetivo do Relatório Matic é tornar impossível aos médicos pró-vida oporem-se à morte de um ser humano através do aborto. Segundo o relatório, a recusa de um médico em realizar um aborto "seria tratada como uma negação de cuidados médicos".

"Também nos opomos ao apelo do Relatório Matic para introduzir a doutrinação LGBT e de gênero a partir da escola primária sem informação ou consentimento dos pais". Embora estejamos numa sociedade cada vez mais hedonista, em que o amor é confundido erroneamente com o prazer egoísta, a educação contra isto deve ser proporcionada nas escolas.

O ensino moral católico baseia-se não só na fé, mas também na lei natural. Isto torna-se claro, na opinião de acordo com a lei natural dos vividos. A homossexualidade não cumpre o objetivo elementar da sexualidade, que é o de assegurar a reprodução da espécie. Hoje em dia, existe a pressão moral para aderir sob a bandeira arco-íris e para considerar as parcerias homossexuais como uma normalidade; embora o chamado movimento LGBT faça tudo para

quebrar a norma através da apresentação pública contínua das preferências sexuais, por exemplo através das referidas bandeiras arco-íris ou desfiles. "Se o Relatório Matic se levasse a sério e se se segue a sua linha de argumentação de forma consistente, as parcerias poliamorosas ou o amor de irmãos também teriam de ser tolerados, uma vez que o amor em si mesmo é um valor", adverte Maria 1.0.

Johanna Stöhr, uma professora de Schongau, lançou a ação Maria 1.0 em maio de 2019 como reação ao movimento Maria 2.0, que tinha evoluído de Münster para uma ação de protesto a nível nacional contra a autoridade pedagógica válida da Igreja Católica e pelo acesso das mulheres ao ministério ordenado. Stöhr acredita que "Maria não precisa de uma atualização". Ela quer mostrar "que também há mulheres que são fiéis aos ensinamentos da Igreja". Clara Steinbrecher, estudante de matemática e psicologia escolar, é a chefe da iniciativa desde 1 de maio de 2021. Ela já fazia parte da equipe Maria 1.0 há algum tempo.